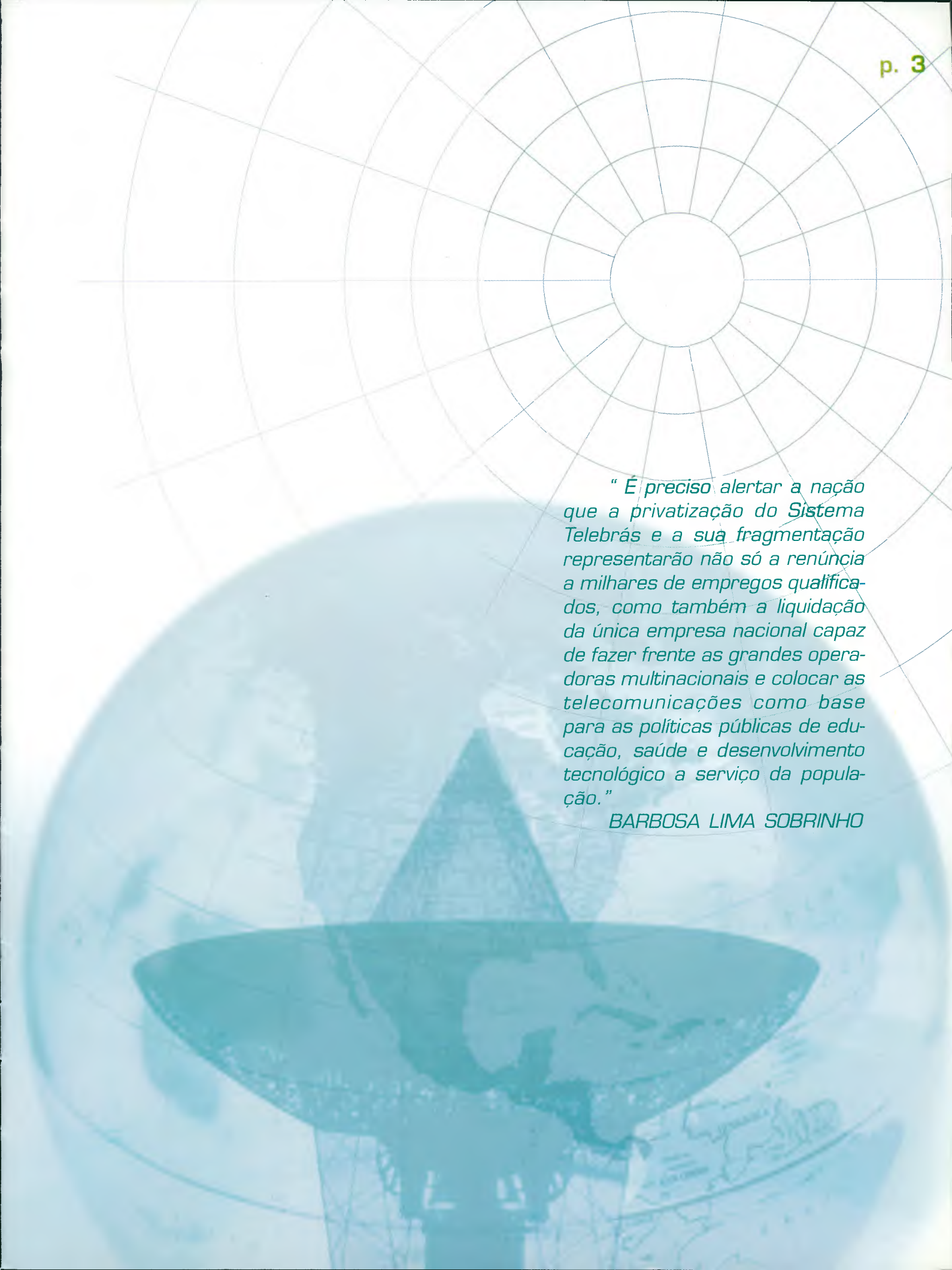


Agosto 2002

O Sucesso do Fracasso



O fim
do atual
modelo das
telecomunicações



“ É preciso alertar a nação que a privatização do Sistema Telebrás e a sua fragmentação representarão não só a renúncia a milhares de empregos qualificados, como também a liquidação da única empresa nacional capaz de fazer frente as grandes operadoras multinacionais e colocar as telecomunicações como base para as políticas públicas de educação, saúde e desenvolvimento tecnológico a serviço da população.”

BARBOSA LIMA SOBRINHO

O rei está nu! Será necessário uma criança para dizê-lo?

Não se briga com o sucesso. É verdade. Mas há casos, em que bastará a falta de malícia (ou de medo? ou de "esperteza"?) de uma criança para arruinar o sucesso do rei desfilando... nu. Sim, há sucessos que apenas o são porque ninguém ousa desmascará-los.

A privatização das telecomunicações brasileiras pelo governo FHC é, por todos, até por oposicionistas, apresentada como um grande caso de sucesso. Motivo: ampliou o número de telefones, de 20 milhões para 48 milhões. Outro motivo: ampliou o número de telefones, de 20 milhões para 48 milhões. Mais um motivo: ampliou o número de telefones, de 20 milhões para 48 milhões. Ainda um motivo: ampliou o número de telefones de...

Uma mentira muitas vezes repetida, acaba aceita como verdade. É um axioma antigo e seu autor é bem conhecido. Enquanto se repete esse argumento falacioso (e somente há esse argumento falacioso para se repetir), não se diz (ou se diz sem muito destaque, apenas nas páginas especializadas) que 3 milhões de linhas foram cortadas por falta de pagamento. Não se diz (nem nas páginas especializadas) que a indústria e

a tecnologia nacionais foram completamente destroçadas. Não se diz que o rombo na balança comercial, no setor de telecomunicações, devido a esta política chegou a quase 2 bilhões de dólares. Não se diz, ou se o diz através de sofismas e eufemismos, que a **concorrência fracassou**. Sim, a **bandeira máxima do modelo de privatização do governo FHC resultou em fiasco!** A concorrência, conforme imaginada e apregoada, não funcionou. Não são os críticos e opositores que o revelam. São os próprios empresários. Hoje, eles defendem abertamente (mas só nas páginas especializadas, não destinadas ao grande público) a **revisão do modelo**, de modo a reduzir o número de operadoras, das atuais quase 50, para três, ou quatro, quem sabe?, duas. Ou uma?

O modelo implantado nas telecomunicações brasileiras fracassou. É sucesso de mídia e marcação, mas é um fracasso até para os investidores que nele acreditaram (ou fingiram acreditar). E é isto que precisa ser dito com todas as letras, assim como fez a criança apontando a nudez do rei. O modelo fracassou e **será substituído por um novo modelo**. Qualquer que venha a ser o futuro presidente da República, ele se verá às voltas com um processo de profunda revisão de mais esta perversa herança do governo FHC. A questão que se coloca, neste momento, é a de saber se esta revisão que virá, apenas servirá para atender aos interesses do grande capital internacional e seus corretores internos, ou se, agora, a sociedade brasileira, melhor informada e mais consciente sobre a importância das telecomunicações para a **democracia popular** e para a **soberania nacional**, aproveitará o momento para levar tal revisão a uma outra direção: aquela que nos dote de um modelo de exploração e organização das telecomunicações capaz de servir aos interesses reais do nosso povo e, não, aos do cassino financeiro global.

Um país com milhões de telefones... OCIOSOS

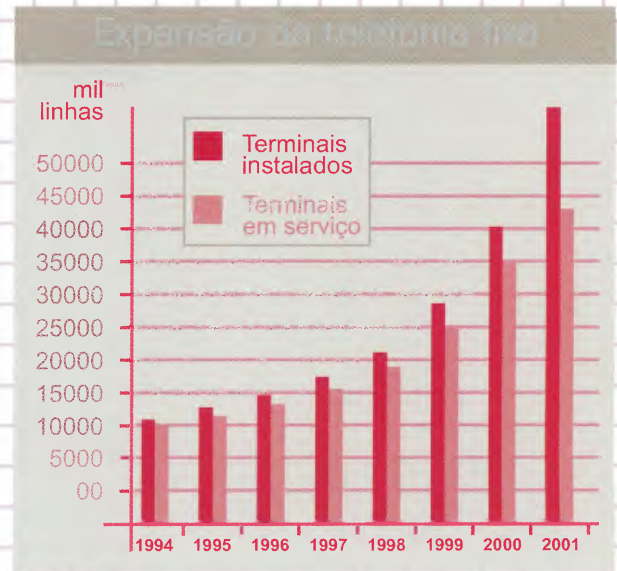
O Brasil contabilizava, nos primeiros meses de 2002, cerca de 48 milhões de linhas telefônicas fixas instaladas. Certo? Errado.

O Brasil contabilizava, na verdade, em janeiro de 2002, cerca de 36,5 milhões de telefones fixos efetivamente instalados nas casas das pessoas, nos escritórios, nas empresas. Isto é, quase 25% menos do que o número apregoado pelo governo, pelas empresas operadoras, pelos meios de comunicação.

Esses números escondem um jogo de palavras que explora a normal ignorância das pessoas diante das técnicas por trás dos sistemas de telecomunicações. A rede telefônica é constituída por *centrais de comutação* conectadas por *cabos* a milhares de *terminais telefônicos* (os aparelhos dos usuários). Normalmente, há nas centrais uma certa capacidade *instalada* ligeiramente superior à quantidade de terminais efetivamente *em serviço*. No entanto, como mostram o gráfico e a tabela nesta página, nos últimos dois a três anos, as companhias telefônicas privadas investiram na implantação de centrais de comutação, mas não investiram, nas mesmas proporções, na instalação do cabos, fios e terminais necessários ao efetivo funcionamento da capacidade disponível. Fizem a obra pela metade. Por isto, o número de terminais *instalados* cresceu muito mais rapidamente do que o número de terminais *em serviço*. **Criou-se uma capacidade de acesso, mas não acesso efetivo.**

Cabe a pergunta: qual a vantagem de se investir em ociosidade?

Em princípio, nenhuma, claro! Mas como, no decantado "modelo brasileiro de telecomunicações", a "universalização" é medida em *número de acessos* e, não, em número de linhas telefônicas efetivamente colocadas nas casas, escolas, hospitais e empresas de todo o país, o investimento nessa ociosidade podia trazer uma grande vantagem para os três grandes



Evolução da telefonia fixa Área da ex-Telebrás – 1994-2000

Ano	Telefones instalados (em 1000)	Cresc. %	Telefones em serviço (em 1000)	Cresc. %	TS/TI
1994	12036		11200		0,93
1995	13310	0,11	12100	0,08	0,91
1996	14891	0,12	13500	0,12	0,91
1997	17000	0,14	15400	0,14	0,91
1998	19594	0,15	17791	0,16	0,91
1999	25256	0,29	22490	0,26	0,89
2000	34235	0,36	29861	0,33	0,87
2001	47800	0,40	36070	0,22	0,76

monopólios nos quais foi repartida a antiga Telebrás (Telefônica, Telemar e Brasil Telecom): eles poderiam afirmar que estavam atendendo e até antecipando o cumprimento das "metas de universalização" estabelecidas pela Anatel, e assim obter os "certificados" que lhes permitiriam operar fora das suas áreas originais de outorga.

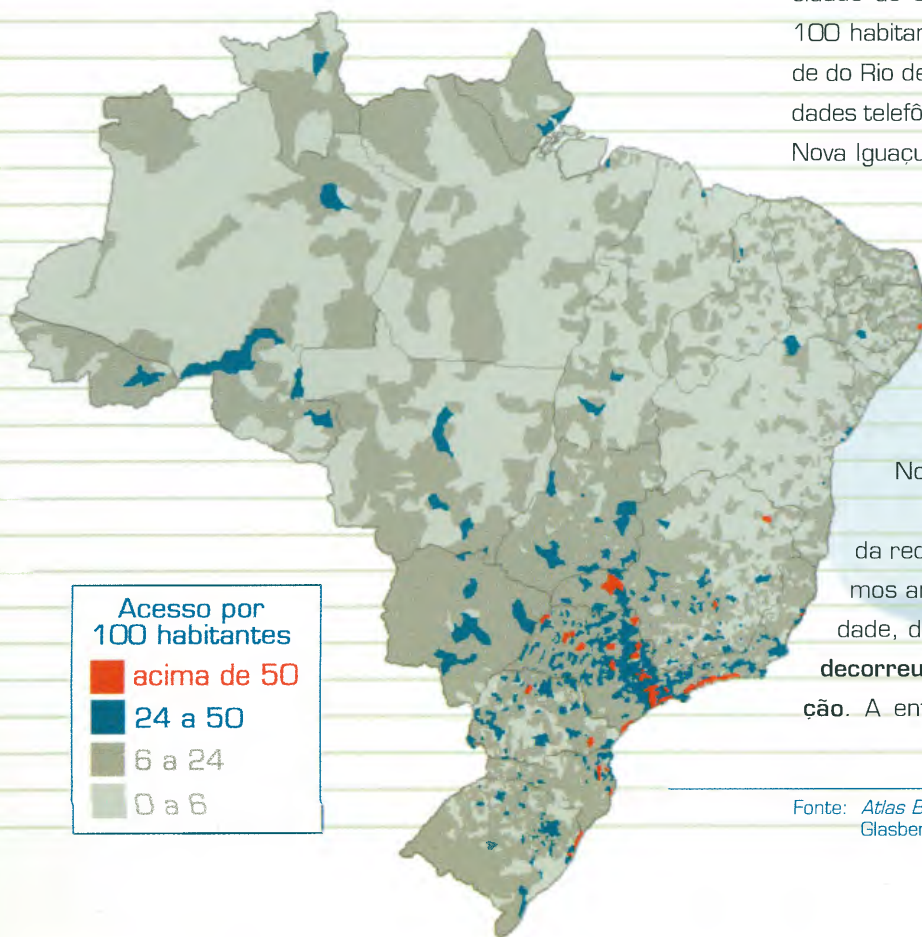
As operadoras instalaram as centrais, sem se preocupar em construir a rede de cabos e tudo o mais, nas dimensões correspondentes (o que exigiria um investimento muito maior, com retorno muito duvidoso). Adiantaram as suas metas e, agora, estão liberadas para expandir as suas áreas de operação. De quebra, vendem para cidadãos desinformados a falsa idéia de que o Brasil atingiu o paraíso das telecomunicações universalizadas. Como veremos, nas páginas seguintes, tal universalização, na verdade, foi para poucos...

Mais do mesmo: mais telefones para quem já tem telefones

O governo FHC, as empresas e os meios de comunicação gostam de alardear que, no Brasil, atingimos a marca de 27 telefones para cada 100 habitantes, contra 12 por 100, antes da privatização. Trata-se de um número enganoso. Se considerarmos apenas as linhas efetivamente em serviço, essa relação cai para cerca de 21%. No entanto, se formos olhar com lupa, esses números mostram-se completamente falsos e mistificadores. Em um país com tão gritantes disparidades de renda, as nossas telecomu-

Teledensidade

Distribuição dos acessos fixos por município



nicações continuam a exibir o mesmo perfil que tinham nos tempos da Telebrás: sobra telefone onde sobra dinheiro, falta telefone onde falta dinheiro.

Os municípios mais ricos do Brasil exibem densidades telefônicas muito superiores àquela média nacional de 27%, conforme podemos ver no mapa desta página. A da cidade de São Paulo, por exemplo, é de 62,5%. A da cidade do Rio de Janeiro, 68,9%. Ao todo, 46 capitais e outros municípios concentrados no Sudeste e no Sul exibem também taxas superiores a 50%. Neles se encontram apenas 17% de toda a população brasileira.

Em cerca de 4.700 municípios, reunindo mais da metade da população do País, há menos de 25 telefones por 100 habitantes. Em cerca de 2 mil municípios, com 16% da população, não há sequer 6 telefones por 100 habitantes. Em muitos, sobretudo no Norte e Nordeste, não se vê nem 1 telefone por 100 habitantes. Dentre estes, Pilão Arcado (BA), 0,6%; Campo Alegre de Lourdes (BA), 0,4%; Sento Sé (BA), 0,6%; Tapauá (AM), 0,6%; Parnarama (MA), 0,8%; Marituba (PA), 0,1% – provavelmente, o recorde negativo!

Mas a má distribuição não se evidencia apenas nos grotões do Brasil. Franco da Rocha, pertinho da cidade de São Paulo, tem apenas 8,2 telefones por 100 habitantes. Os municípios que contornam a cidade do Rio de Janeiro, exibem, na maioria, baixas densidades telefônicas: Belfort Roxo, 13,6%; Japeri, 5,2%; Nova Iguaçu, 14,4%; São Gonçalo, 8,9%.

Não é muito diferente a situação da telefonia celular. A maior parte do Brasil ainda não conta com um serviço celular e isto inclui cidades do Estado de São Paulo, a maior parte de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, para não falar de uma enorme parte do Norte e Nordeste.

Não vamos negar o grande crescimento da rede brasileira de telecomunicações, nos últimos anos. No entanto, é preciso separar a realidade, da propaganda. **O crescimento obtido não decorreu nem da privatização, nem da competição.** A entrada da Vésper, ou da GVT, ou de três

Fonte: *Atlas Brasileiro de Telecomunicações, Teletime 2002*, Glasberg Empresas de Comunicação

O que é mesmo competição, hem?

TELEFONIA LOCAL

As espelhos, cada vez mais longe da competição.

Final de 2000, a Vésper, que vive uma crise societária, passou por profunda reformulação (veja a página ao lado): como decorrência da nova estratégia empresarial, no lugar de 1,2 milhão de terminais, só vai instalar, em 2001, 300 mil terminais. A nova posição anunciada pela Vésper segue, em grande medida, a estratégia da GVT. Seus executivos, desde o início, deixaram claro que estavam de olho no mercado residencial das classes A e B, para o qual pretendiam oferecer serviços de maior valor agregado (como dados em velocidades mais altas), e no mercado corporativo. Márcio Kaiser, presidente da GVT, traduz essa estratégia: "Nós não estamos atrás de *market share*. O nosso plano de negócios está calcado em linhas em serviço com contas médias razoáveis".

Na telefonia local, o alvo é o mercado corporativo.

Avançada Vansencier e Liu Ribeiro Dias

A DIFICULDADE DE ENFRENTAR A CONDIÇÃO LOCAL NO MERCADO RESIDENCIAL FAZ COM QUE TODOS OS OPERADORES, INCLUSIVE AS INCUMBENTS QUE VÃO ABERTURAR NOVOS MERCADOS, TEM SEUS ESFORÇOS FOCADOS NO MERCADO CORPORATIVO.

"A competição na telefonia local vai se dar no mercado corporativo. O atendimento residencial tende a ficar restrito a projetos que serão montados pelas operadoras em seus novos mercados para reforçar a sua imagem com a prestação de serviços de excelente qualidade", observa Manoel Horácio, presidente da Telemar. Com ele concorda Fernando Xavier Ferreira, presidente do grupo Telefônica, para quem a competição no mercado residencial é extremamente difícil. "Na telefonia local, vai se dar em segmentos específicos". E mesmo assim, em sua avaliação, a real competição ficará restrita às *incumbents*, como ocorre nos demais países. "O que viabiliza a competição não é o tamanho geográfico do mercado, mas a sua capacidade de consumo", observa Xavier.

centenas de "espelinhos" nesse mercado, **não teve nada a ver com isso**. A Vésper opera em apenas 112 municípios dos 3.052 existentes na área de outorga da Telemar. A GVT, em 62 municípios dos 1.832 da área da Brasil Telecom. Essas companhias e, ainda, as "espelinhos" não causam nem cócegas nas grandes titulares. E nem querem. Seus executivos dizem que estão aí para oferecer serviços sofisticados para as famílias abastadas ou para as empresas, em algumas grandes cidades brasileiras. Ou seja, não estão preocupados em fomentar a democratização dos serviços mas, sim, a sua ainda maior elitização.

Os novos monopólios privados nas telecomunicações estão **acrescentando mais ao mesmo**. Puxaram linhas para atender a usuários já atendidos, ou a usuários ainda não atendidos mas situados em cidades ou bairros onde já existiam centrais e cabos para atendê-los. Aproveitaram as estações rádio-base (ERBs) de telefonia celular pré-existentes, ou instalaram novas em cidades onde, supunham, o retorno para esses (relativamente baixos) investimentos seria elevado. E ainda criaram ociosidade nas centrais para maquiagem números e obter os "certificados de universalização" da Anatel.

O Sucesso do Fracasso

Você é assinante de uma companhia telefônica. Não está satisfeito e quer trocar de companhia. Pode? Não, não pode.

Você somente poderia trocar de companhia se, na rua onde você mora, existirem cabos de duas ou mais operadoras concorrentes, bastando desconectar, do seu telefone, a fiação final de uma, substituindo-a pela fiação final da outra. Não é, obviamente, tão simples quanto escolher entre duas marcas de sabonete na gôndola do supermercado. Ou então se, na rua onde você mora, existe cabo de apenas uma operadora, mas esta operadora concorda em compartilhar este cabo com sua(s) concorrente(s). Então, você teria o trabalho de apenas mudar o número do seu telefone, ou discar algum código pré-definido, para trocar de operadora. O problema é que nenhuma companhia dona de cabos telefônicos gosta de compartilhá-los com outras, concorrentes. Os motivos são óbvios.

Dadas qualquer uma dessas duas condições, é fácil entender porque não existe concorrência na telefonia básica, em nenhum lugar do mundo. Em toda a parte, os chamados concorrentes, na verdade, limitam-se a oferecer alguns tipos mais sofisticados de serviços nas residências ou empresas que lhes garantam altos retornos para os investimentos que precisarão fazer na construção de suas próprias redes. Por exemplo: se você tem dinheiro, você pode ser assinante do telefone da Telemar, ou da Brasil Telecom, ou da Telefônica, mas poderá desejar ser também assinante de uma rede de banda larga da Vésper ou da Net (Globo), para melhor trafegar na Internet. Você terá uma segunda operadora em sua casa, prestando-lhe um **serviço específico**, enquanto que, **na telefonia**, você continuará amarrado aos monopólios da Telemar, ou da Telefônica, ou da Brasil Telecom. Entendeu?

Investimentos: o recorde ainda é da Telebrás

A privatização da Telebrás deveria dinamizar as telecomunicações brasileiras, graças ao aporte de vultosos investimentos privados, sobretudo estrangeiros. Este era um dos principais argumentos que, segundo o governo FHC, justificava o esquiteamento e desnacionalização do sistema brasileiro de telecomunicações.

Não foi bem o que aconteceu. A expansão das telecomunicações brasileiras, desde os tempos da antiga Telebrás, pouco dependia de endividamento e nada, de recursos do Tesouro. Os recursos da Telebrás provinham, basicamente, do seu caixa operacional, isto é, do saldo gerado pelas suas receitas, descontadas as despesas e investimentos.

Ao longo dos anos 1980, as tarifas telefônicas eram sistematicamente reajustadas por valores muito abaixo da então galopante inflação. A geração de caixa das empresas do Grupo Telebrás foi assim erodida e a sua capacidade de investimento, contida. O governo FHC promoveu, antes da privatização, um brutal aumento das tarifas telefônicas. Imediatamente, a geração de caixa se expandiu e, com ela, os investimentos. Entre 1994 e 1995, os investimentos cresceram 38%. Entre 1995 e 1996, 47%. **Nunca antes, nem depois, ocorreu um tão extraordinário aumento nos investimentos feitos nas telecomunicações brasileiras.** Claramente, o problema dos investimentos não era um problema da Telebrás, mas sim da subserviência de diferentes governos a políticas monetárias contrárias às necessidades do desenvolvimento brasileiro. Tanto que, em 1997, o governo FHC, *retomando velhas práticas que vinham desde os tempos do general Figueiredo*, impediu a Telebrás de dar mais um salto nos seus investimentos: conteve-os no mesmo nível do ano anterior, isto é, em torno de US\$ 7 bilhões, embora a com-



Elaboração: Marcos Dantas

panhia tivesse acumulado US\$ 7,5 bilhões em seu caixa operacional.

Em 1998, as telecomunicações foram privatizadas. No ano seguinte, convertidos em dólares correntes, os investimentos dos grupos que agora controlavam os pedaços da antiga Telebrás, **foram inferiores ao do ano anterior**: caíram para US\$ 7,1 bilhões, contra US\$ 7,5 bilhões em 1998. Agregados aos investimentos feitos pelas outras operadoras de telefonia celular e pelas “espelhos”, deram um salto de 35%, no ano 2000. Abaixo porém dos aumentos recordes da Telebrás, em 1995 e 1996. Subiram pouco em 2001 e já caíram em 2002, mesmo com a ajuda generosa do BNDES que, por sinal, era proibido de financiar a Telebrás.

Se era para chegar a 2002 com investimentos inferiores a US\$ 11 bilhões, certamente não teria sido necessário privatizar a Telebrás. Bastava deixá-la seguir investindo proporcionalmente à sua receita e capacidade normal de endividamento. **A privatização não trouxe nenhuma real mudança de qualidade nas dimensões dos recursos aplicados no setor.** Manteve as suas taxas históricas de crescimento, ficando abaixo daquelas mais recentemente alcançadas pela Telebrás. Visou tão somente ampliar ainda mais a capacidade de oferta de serviços, onde já havia alguma capacidade anterior instalada. Não os expandiu para onde realmente estavam faltando – o que exigiria investimentos muito maiores, de retorno, ainda por cima, duvidoso.

Milhões de telefones... mudos

Em 2001, a Telemar se vangloriou de ter conectado 3 milhões de novas linhas telefônicas. Esqueceu de acrescentar, na sua publicidade, ter cortado, por falta de pagamento, outras 2 milhões e 289 mil linhas...

Não somente ela, mas todas as grandes operadoras monopolistas, passaram a enfrentar o mesmo problema, motivo adicional para disporem de cerca de 11 milhões de linhas ociosas: **inadimplência**. A este problema soma-se outro: **apenas 30% das linhas que mantêm em operação são lucrativas. As outras 70% mal empatam as receitas extraídas das contas telefônicas com as despesas de operação e manutenção**. Nenhuma novidade. No Brasil, sempre foi assim, desde os tempos da Telebrás.

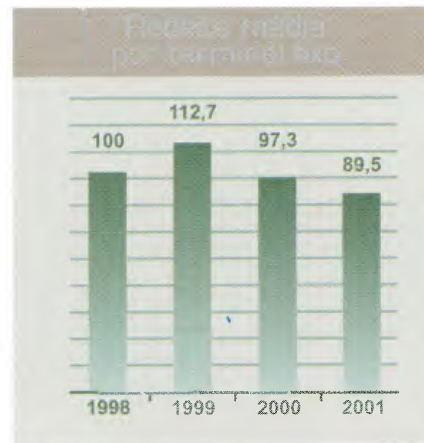
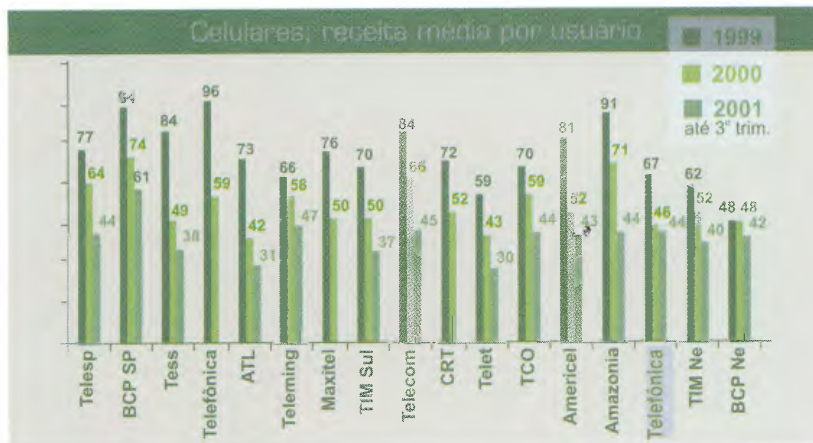
Inadimplência e baixa rentabilidade são alguns dos frutos colhidos pelas empresas privadas porque, no Brasil, a grande maioria da população não tem renda suficiente para bancar altas contas telefônicas. Não adianta oferecer linhas: as pessoas não podem usá-las. Ainda mais depois dos aberrantes e extorsivos aumentos de tarifas praticados pelo governo anti-social de Fernando Henrique Cardoso. Quando FHC assumiu, a tarifa da assinatura residencial era de R\$ 0,44. Em fins de 2001, era de R\$ 14,11. O pulso residencial era de R\$ 0,02 (impostos incluídos). Entrou 2002, a R\$ 0,066.

A essas tarifas, as pessoas, mesmo as de classe média, passaram a usar **cada vez menos** os seus telefones. Razão porque, nos últimos três anos, a receita média por terminal fixo instalado vem caindo consistentemente, conforme mostra o gráfico nesta página.

O mesmo ocorre na telefonia celular. Graças, prin-

cipalmente, ao serviço "pré-pago" milhões de pessoas passaram a ter acesso a uma linha celular. Mas não demoraram a perceber que o preço da chamada, por minuto, é caríssimo. Aliás, no Brasil, é duas a três vezes mais caro do que na Inglaterra, França, Espanha, Itália, países com renda média muito superior à brasileira. Resultado: as pessoas passaram a usar os aparelhos apenas para receber chamadas. Quando precisam chamar, utilizam o "orelhão" ou um telefone fixo. Esse jeitinho bem brasileiro tem causado grandes prejuízos às operadoras. Em todas, a **receita média por usuário (RMPU)** é cadente, nos últimos três anos. Por isso boa parte delas apresentou prejuízos contábeis em 2001, ou auferiu lucros abaixo do desejado pelos investidores. A telefonia celular não se tem mostrado um bom negócio no Brasil. E muitas operadoras já estão querendo abandonar o barco...

A privatização da Telebrás e o fim dos antigos "planos de expansão" revelaram, sem subterfúgios, onde se encontrava a verdadeira barreira à disseminação da telefonia (e, com ela, de vários outros serviços de telecomunicações), no Brasil: **na baixíssima renda da grande maioria do povo brasileiro**. Não era o regime monopolista, nem o fato de a Telebrás ser estatal, que continha o crescimento do sistema. As telecomunicações brasileiras, sejam estatais, sejam privadas, sejam monopolistas, sejam concorrenciais, estão contidas nos limites da péssima distribuição de renda da nossa sociedade. **Somente volumosos subsídios de natureza pública poderiam ultrapassar esta barreira**. Em países socialmente tão injustos e tão desiguais, como o é o Brasil, somente a compreensão de que as telecomunicações precisam ter, principalmente, funções sociais e, não, econômicas, **poderá levar a telefonia a cada casa brasileira e fazer do telefone um instrumento de cidadania e elevação das condições materiais e culturais de vida da maior parte do nosso povo**.



De um monopólio nacional para um oligopólio estrangeiro

Existem, hoje, no Brasil, 29 operadoras de telefonia fixa, 23 de telefonia celular, duas de longa distância cobrindo todo o território nacional e, ao mesmo tempo, disputando o tráfego regional de longa distância com as concessionárias titulares das três grandes áreas de outorga. Quem vê esses números pode até imaginar que a competição está definitiva e vitoriosamente instalada nas telecomunicações brasileiras.

Tudo falso. Existirão, daqui a dois ou três anos, no Brasil, talvez duas operadoras de telefonia fixa, controlando também todo o tráfego nacional de longa distância, mais três ou quatro operadoras de telefonia celular, **associadas às operadoras fixas.**

Os executivos e investidores dizem claramente, pelos jornais, que um grande número de empresas inviabiliza o negócio. E os maus resultados alcançados, pela maioria delas, nos últimos anos, parecem lhes dar razão. Pressionam para "flexibilizar" as regras que impedem fusões antes de julho de 2003, e já costumam os seus acordos por baixo dos panos. **Vem aí um grande processo de fusão das empresas e concentração de capitais nas telecomunicações brasileiras.**

Na Espanha, na França, na Coreia, no Japão, em todo o mundo, uma empresa **operadora nacional** é responsável pela **rede básica** que chega a todos os lares e empresas. Isto, sem prejuízo à entrada de concorrentes nos **nichos de mercado** que admitem a concorrência.

A fragmentação da Telebrás foi um estúpido equívoco! Visava, na verdade, facilitar a sua privatização e desnacionalização, pois seria quase inviável encontrar comprador disposto a pagar o altíssimo preço que custaria uma Telebrás inteira. E foi uma **enganação**, pois a maior parte das companhias que operam no Brasil pertencem aos mesmos grupos investidores. Assim que as fusões e incorporações forem liberadas, as muitas marcas e logotipos que mascararam a atual concentração empresarial, vão desa-

Valor
Empresas Especial

Setor terá menos competidores e mais regulamentação

Dantas Houve confusão entre monopólio e escala. Se eu tenho um telefone em Curitiba e outro em Salvador, não é porque o telefone subiu em Curitiba que alguém vai pegar um avião para Salvador e se mudar definitivamente. Não tem concorrência nenhuma. Eles já entenderam que o modelo está errado e vai ser flexibilizado ao longo do tempo. Não tenho nada para reclamar do modelo, porque se a Telebrás tivesse sido vendida inteira eu nem estaria presente. Se pude participar porque o modelo foi distorcido. Entrei, entendi

Valor: A outra grande empresa de telefonia fixa seria resultado da união da BrT com a Telemar?
Dantas Brasil Telecom e Telemar dependem dos ventos do próximo governo. A empresa nacional só vai existir se for um objetivo do governo. Se não a gente vai acabar se juntando com alguma coisa maior lá de fora, por conta da escala. Tradicionalmente o Brasil gostou de ter iniciativa nacional. Essa tradição foi interrompida no governo Fernando Henrique, que ficou pró-estrangeiro sem saber, porque entramos no processo de privatização com câmbio sobrevalorizado e juros na lua e o empresário nacional não pôde participar.

TELECOM.

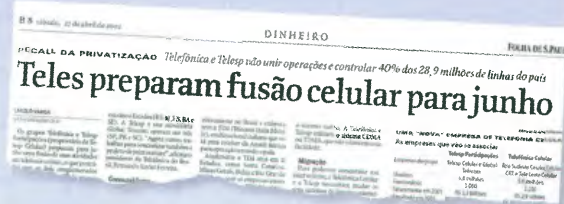
O mapa das celulares está sendo redesenhado. Vem aí as fusões.

começou a se desenhar desde o ano passado, as operadoras celulares começaram a insistir na necessidade de terem ganho do escala. Assumiram a bandeira de que o modelo, que definiu as áreas de atuação das celulares (são 22 operadoras e 13 operações na banda A, controladas por sete grupos, e dez operações na banda B, controladas por oito grupos), precisava ser revisado para permitir o processo de fusão e aglutinação das operadoras. "Só com maior cobertura vamos conseguir expandir a base e reduzir as tarifas, mantendo uma operação saudável", ponderava Márcio Kaiser, presidente da Telemig Celular, um dos primeiros a defender publicamente a mudança do modelo.

TELECOM.

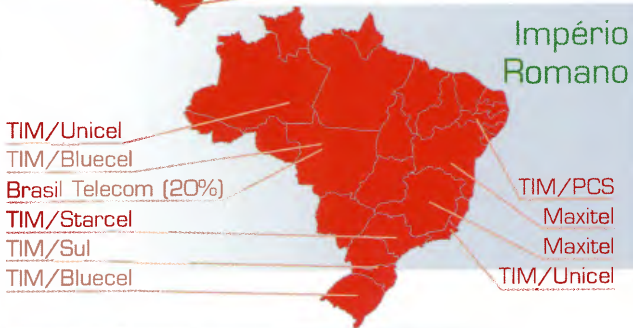
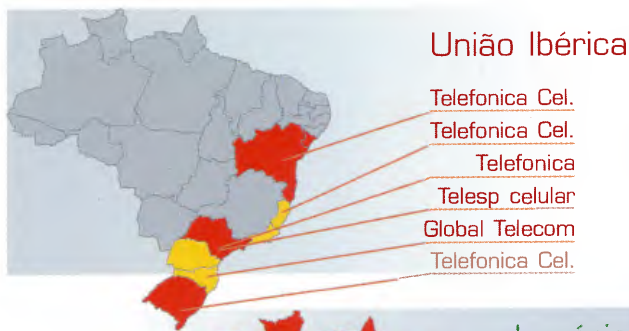
TELEFONIA LOCAL
As Espelhas, cada vez mais longe da competição

"Não há mais espaço para a pulverização de licenças", afirma um executivo, que considera que oito outorgas para o STFC, competidores fortes; por isso, alguns vão ficar pelo caminho ou com atuação marginal. "Há uma certa confusão de conceito. queda de preços e mais qualidade de serviços não estão diretamente relacionadas a um número maior de competidores", afirma. Segundo esse dirigente, os países de Europa (e os Estados Unidos caminham nesse sentido, com várias fusões) têm menos prestadores de serviço, mas uma acirrada disputa pelos clientes. "É muito melhor para o modelo a existência de dois ou três grupos fortes do que de uma empresa forte e cinco fracas", avalia.



Vem aí a Vivo, com sotaque português.

Um o administrador de criação da *joint venture* que reúne os ativos das operadoras celulares dos grupos telefônica e Portugal Telecom no Brasil — que será batizada de Vivo — quase concluído, acelerar-se o processo de definição de seu comando. Desde o anúncio da *joint venture*, foi comunicado que seu CEO seria indicado pela Portugal Telecom, e o CFO, pela Telefônica. O engenheiro Francisco Palhinha foi nomeado para o cargo de presidente executivo em abril do ano passado. E ele vai dirigir um time com vários brasileiros: segundo fontes do mercado, entre os vice-presidentes estarão Paulo Cesar Teixeira, que responderá pelas operações celulares que fazem parte do portfólio da Telefônica, e Gibson Rondinelli Filho, o responsável pelas operações celulares da PT do Brasil (Telesp Celular e Global Telecom). O presidente do Conselho de Administração deverá ser o presidente do Grupo Telefônica no Brasil, Fernando Xavier Ferreira. E o CEO indicado pela Telefônica será o espanhol Fernando Abella. Além de definir o comando, os acionistas da *joint venture* estudam a possibilidade de a operadora comprar faixas adicionais de frequência e fazer o *overlay* para rede GSM, sem, no entanto, abandonar a rede CDMA (a utilizada pelas operadoras). "A *joint venture* considera ter o *overlay*, permitindo *roaming* nacional, mas sem abandonar a rede CDMA", explicou Gibson Rondinelli Filho, que assumiu a presidência da Telesp Celular no lugar de Carlos Assunção Cruz.



...55% estatal



parecer e dar lugar aos nomes que já comandam verdadeiramente os negócios. Ei-los:

- **União Ibérica.** Realiza-se o sonho dos Felipes: juntos, Espanha e Portugal assumirão o controle da fatia mais rica do mercado e da sociedade brasileira. Vão formar uma empresa poderosa, das maiores da América Latina.

- **Império Romano.** O craque brasileiro Ronaldinho já anuncia, no Brasil inteiro, a presença da TIM. A TIM é o braço celular internacional da Telecom Italia que possui, também, cerca de 20% do capital de controle da Brasil Telecom, o monopólio da telefonia fixa no Sul e Centro-Oeste do Brasil. Em futuro próximo, a Itália, através da TIM, virá a dispor de

uma grande operadora de telecomunicações, no Brasil, **presente em todo o território brasileiro.**

- **Cucarachos, quem?** ATL, Tess, Telet, Americel: todas essas empresas não passam de subsidiárias da Telecom Americas, braço internacional da Telmex... de onde? Dos Estados Unidos? Da França? Talvez da Alemanha, quem sabe? Ah! é inglesa?... Não, nada disso: o governo FHC cometeu a proeza de entregar uma fatia das telecomunicações brasileiras até para mexicanos! A Telmex é, no México e, a partir dela, na América Central e, agora, no Brasil, a operadora que a Telebrás deveria ter sido no Brasil, na América do Sul, no próprio México. A Telmex foi privatizada **mas não foi fatiada.** Era, ao ser privatizada, uma empresa naturalmente menor do que a nossa Telebrás. Hoje vem dar as cartas nas nossas telecomunicações. Não admira que, segundo noticiário recente, o PIB mexicano tenha ultrapassado o brasileiro...

- **100% brasileira!** Apregoa a Telemar. De fato, 100% brasileira, sendo 25% do BNDES, 10% de duas subsidiárias do Banco do Brasil e 20% de um consórcio formado pelos fundos previdenciários do Banco do Brasil, da Petrobrás e outros. Cem por cento brasileira, 55%... **estatal!** Quer enfrentar a concorrência, alegando a sua condição nacional. **Faria muito mais a favor da sua imagem,** se tratasse bem melhor o seu usuário (é campeã de queixas no Procon), estimulasse os seus trabalhadores (é a que mais demitiu, dentre as "herdeiras" da Telebrás), e fomentasse o desenvolvimento tecnológico nacional (abriu o nosso mercado para a Lucent, e patrocinou a desnacionalização da Zetax e da Batik).

A Telemar não deixa de ser a principal barreira ao completo controle das nossas telecomunicações por empresas estrangeiras. Não será surpresa a sua fusão com a Brasil Telecom, conforme anuncia o banqueiro Daniel Dantas. Tal fusão, se concretizada, quase reconstruiria a antiga Telebrás. No entanto, até prova em contrário, **sem os compromissos com o serviço público e com o desenvolvimento tecnológico-industrial nacional que a empresa estatal representava.**

Todo esse anunciado rearranjo empresarial é a demonstração cabal de que o **modelo lesa-pátria de FHC fracassou!** Algum novo modelo está nascendo daí. **Poderá ser a nova chance para a sociedade brasileira dar um rumo socialmente mais justo, politicamente mais democrático e estrategicamente mais nacional, para as suas telecomunicações.**

Retrocesso histórico

O fatiamento e semi-desnacionalização do sistema brasileiro de telecomunicações provocou o maior retrocesso industrial-tecnológico de toda a nossa história e abriu um imenso buraco nas contas externas do País.

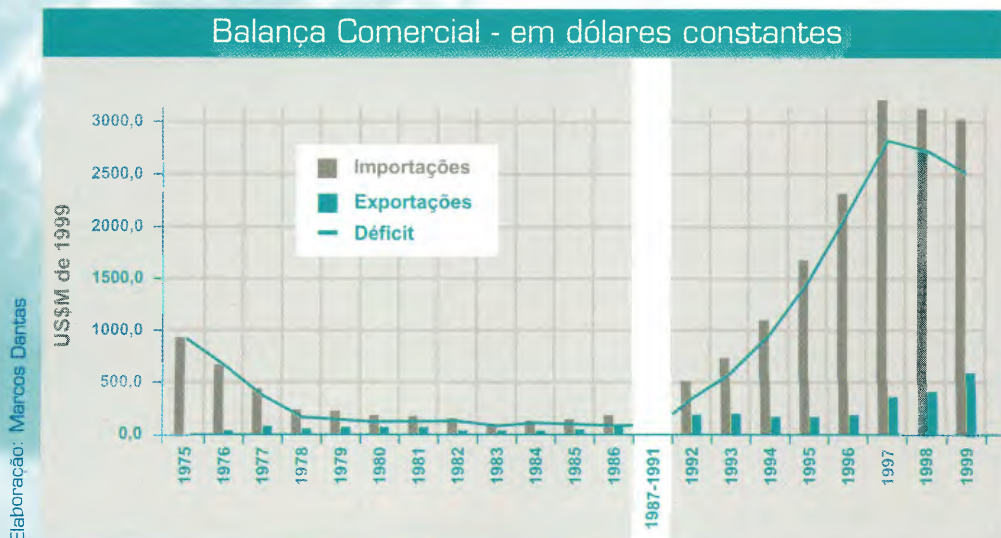
Até a virada da década 1980 para a 1990, o Brasil possuía uma importante indústria genuinamente nacional de equipamentos de telecomunicações, que empregava mais de 100 mil pessoas e faturava algo em torno de 300 milhões de dólares. Um dos seus produtos mais conhecidos, dentre tantos outros, podia ser visto em quase todas as esquinas das grandes cidades brasileiras: o telefone público a cartão indutivo. Um outro produto não era tão visível, mas estava presente, sem ser percebido pelo usuário, em boa parte das comunicações telefônicas efetivadas em todo o país: as centrais "Trópico" de comutação digital.

Essa indústria nasceu e crescia porque o Brasil, desde 1976, pôs em prática uma **política industrial e tecnológica** idêntica à executada pela Coreia, pelo Japão, pelos Estados Unidos, pela França, por todo país que se preze. Um dos principais pilares

dessa política é o **poder de compra estatal**. No Brasil, o instrumento dessa política, nas telecomunicações, era a Telebrás e o seu centro de pesquisas – **CPqD**. No CPqD nasciam as tecnologias que a indústria absorvia, gerando produtos para a Telebrás encomendar.

Liquidada a Telebrás, os investidores que compraram as suas fatias, inclusive os brasileiros, não se viram obrigados a dar seqüência ao nosso desenvolvimento industrial-tecnológico. Passaram a comprar tudo de fornecedores estrangeiros. Sem mercado, a indústria nacional rapidamente desapareceu. E o CPqD só não desapareceu junto, porque o governo FHC não teve coragem de mandar fechá-lo. Sobrevive tentando vender pequenos serviços para as operadoras que aqui se instalaram. Dos 1.800 pesquisadores que chegou a empregar, hoje retém pouco mais de 500.

Que a **política industrial-tecnológica** executada pela Telebrás vinha sendo um extraordinário êxito, atesta-o a evolução histórica da balança comercial nas telecomunicações. Em 1975, quando o Brasil tudo importava, o déficit comercial do setor atingiu US\$ 351,5 milhões em moeda da época, ou US\$ 774,5 milhões, em dólares constantes (1999=100). Esse déficit, em dez anos, declinou para irrisórios US\$ 66,7 milhões em moeda constante. Nos anos 1990, o déficit voltou a crescer. Em 1994, já retornara aos níveis de 1975, em moeda constante. Desde então subiu como um foguete.



A destruição dos empregos (e das empresas)

Não é fácil sabermos quantas pessoas estão **diretamente** empregadas nas telecomunicações brasileiras, considerando-se a grande quantidade de operadoras nada transparentes que foram "autorizadas" a funcionar nos últimos anos, e de sub-empresas ainda mais opacas que exercem atividades, hoje em dia, neste setor.

Em 1997, todo o Sistema Telebrás empregava 87.782 pessoas. Este número não inclui as outras operadoras menores existentes no País (CTBC, Sercomtel etc.), nem os empregos gerados pelas encomendas do Grupo Telebrás às companhias industriais fornecedoras e a centenas de prestadores de serviços de engenharia, manutenção etc. Considera, apenas, como é próprio de um raciocínio **intelectualmente honesto**, o emprego dado a homens e mulheres nas atividades diretamente executadas pelas antigas "teles" e pela Embratel, na prestação dos seus serviços.

No ano 2000, as empresas que substituíram o Grupo Telebrás na prestação desses mesmos serviços (e, segundo se alardeia, muito o ampliaram), empregavam somente 73.275 pessoas.

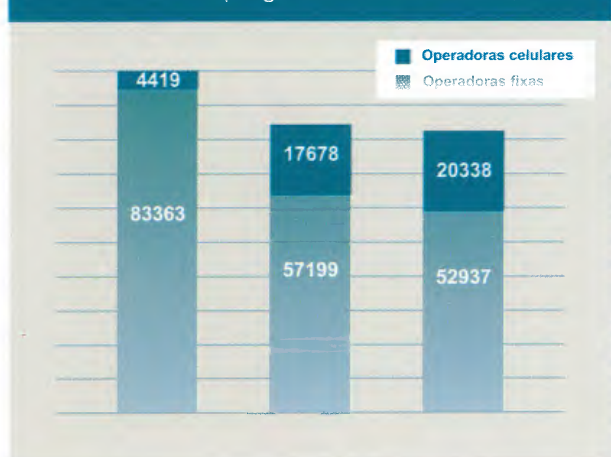
Isto representa uma redução de 16,5% no total de empregos no setor.

Mesmo considerando o grande aumento dos empregos na telefonia celular (o que não surpreende, pois esta área quase não existia há cinco anos atrás), o número total de trabalhadores caiu, no período, devido, sobretudo, a uma verdadeira **guerra contra o trabalho brasileiro** travada pelas operadoras de telefonia fixa.

Além de reduzi-lo quantitativamente, elas rebaixaram qualitativamente o trabalho brasileiro, mudando, para pior, o perfil profissional de boa parte, quicá a maior parte, dos profissionais que permaneceram ou vieram a ser empregados nas nossas telecomunicações, depois de 1998. De um setor vocacionado para a engenharia e, daí, para o desenvolvimento de tecnologias de ponta, as telecomunicações brasileiras tornaram-se mais um campo a serviço das ilusões marqueteiras, do cassino financeiro, das fantasias consumistas e... do **capital fictício**.

As principais operadoras já não querem sequer operar as suas próprias centrais de comutação e infra-estruturas de comunicações. Estão transferindo ("terceirizando") para as companhias (estrangeiras) que projetam e fabricam as centrais e suas redes, as operações das instalações que constituem (ou deveriam constituir) o **coração de seus negócios**. Estão se transformando em completa **ficção**. Na mesma ficção que levou companhias picaretas como WorldCom, Enron e tantas outras, ao desastre, arrastando, junto com elas, milhares de pequenos poupadores estadunidenses. No Brasil, destruirão uma infra-estrutura de telecomunicações, incluindo satélites, que levamos 25 penosos anos para construir.

Queda nos empregos nas telecomunicações



Empregos diretos na telefonia fixa (em unidades)

	1997	1998	1999	2000	2001
Telemar	34400	24400	24383	21090	14926
BrT	14115	12818	10110	10642	7890
Telefonica	23348	18930	14586	13414	10850
Embratel	11500	10000	8120	7791	7000
TOTAL	83363	66148	57199	52937	40666

Rumo a um novo modelo para as telecomunicações brasileiras

Se fosse feita a vontade dos sócios controladores das operadoras de telecomunicações, a revisão do modelo seria efetuada ainda pelo atual governo – isto é, pelo mesmo governo que o imaginou, implementou e o viu fracassar. Mas, muito dificilmente este governo terá forças para levar à frente a vontade dos investidores. A revisão será feita pelo próximo presidente da República, já tenham ou não pensado nisso os atuais candidatos. O projeto empresarial, já definido pelas quatro grandes corporações vitoriosas, será o de promover a fusão das empresas operadoras e liberá-las, de uma vez por todas, de qualquer tutela regulatória. **Os trabalhadores e o povo precisarão entrar na discussão com um projeto alternativo. Um projeto que reafirme as funções sociais das telecomunicações, e o seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional.**

Quando da discussão da Lei Geral das Telecomunicações (LGT), os trabalhadores, através de parlamentares comprometidos com o povo brasileiro, defenderam a transformação da Telebrás em uma empresa **operadora nacional**, capaz de cumprir missões de natureza pública e, ao mesmo tempo, participar de mercados competitivos, dentro e fora do Brasil. Tal como fazem as “telecoms” da Espanha, França, Itália, Portugal etc. Esta idéia-chave deverá ser retomada agora, ainda que condicionada e limitada pela realidade resultante do fatiamento, privatização e parcial desnacionalização da antiga Telebrás. No entanto, por outro lado, a presença do Estado brasileiro, direta ou indiretamente, no capital de controle de algumas das maiores operadoras atuais, poderá muito facilitar o encaminhamento dos rearranjos futuros na direção da reconstrução de uma “telecom” brasileira.

Mesmo que, ao final desse processo, não tenha porque reassumir o controle e direção da operadora nacional que resultará dessa reconstrução, o Estado brasileiro não se eximirá, nem se ausentará,

da definição de grandes políticas públicas e de orientações estratégicas para as nossas telecomunicações. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (FDTT) e o Fundo Nacional de Universalização (FUST), além do BNDES e de outras agências do governo, **serão instrumento de execução dessas políticas, cujo principal braço executor será a operadora nacional.**

A Política Nacional de Telecomunicações deverá orientar-se conforme três grandes princípios:

- **Ser instrumento de superação das desigualdades sociais e regionais** que caracterizam e envergonham a nossa sociedade, promovendo vigorosa e acelerada disseminação da telefonia e da Internet junto às famílias de renda baixa que vivem nas periferias urbanas e nas vastas áreas pobres do interior do Brasil;
- **Ser instrumento de aprofundamento e radicalização democrática**, proporcionando a cada cidadão e cidadã, e suas comunidades, acesso imediato à telefonia e à Internet, de modo a buscar a informação necessária às suas atividades profissionais e culturais; à participação nas decisões orçamentárias, educacionais, sanitárias e outras que lhes digam respeito; à postulação e divulgação de suas idéias e propostas; etc.;
- **Ser instrumento de soberania nacional**, seja voltando a fomentar o desenvolvimento industrial e tecnológico de nossa sociedade; seja **retendo dentro País** completo e inequívoco controle sobre satélites, troncos óticos e bases de dados essenciais ao funcionamento autônomo da nossa economia e das nossas finanças em um mundo completamente dependente das redes globais de comunicações. Deve servir ainda para o pleno exercício de poder, pelo Estado brasileiro, quando das suas disputas e seus contenciosos internacionais.

A partir de 2003 e nos anos posteriores, o Brasil viverá um grande processo de fusões e incorporações. Ocorrendo tal processo à revelia da sociedade, vislumbra-se um modelo ainda mais perverso do que o atual, com a reconstrução de um monopólio, desta feita privado, e a ampliação da exclusão digital.

O Brasil precisa de um modelo no qual as telecomunicações se constituam, efetivamente, como um bem de todos.

O Sucesso do Fracasso foi elaborado e produzido pelo Comitê de Telecomunicações do Distrito Federal

Coordenadores: Engº Brígido Roland Ramos, Engº José Guimarães Palácio Neto, Engº Nilberto Diniz Miranda

Consultoria: Prof. Marcos Dantas (D.Sc. Engº Produção)

**SAS Quadra VI, Bloco K, Ed. Belvedere, Sala 401,
Brasília/DF – CEP 70070-000 – Tel.: (61) 321-6674**

Fontes: BNDES, *Cadernos de Infra-estrutura, Telecomunicações*; Teletime: *Atlas Brasileiro de Telecomunicações*; Relatórios anuais (1999, 2000, 2001) das empresas operadoras; Anatel; *Telecom*, vários números; *Telebrasil*, vários números; *Folha de São Paulo*, vários números; *Valor*, vários números.

**O Sucesso
do Fracasso**



**Projeto Gráfico e
diagramação:
I Graficci Programação
Visual (Rio de Janeiro)**